

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PLANALTO**

REF.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Pregão Eletrônico – Edital nº 11/2023

CNPJ: 47.324.135/0003-38 | IE:085/0055547 | IM: 32106077
AV. PRESIDENTE VARGAS - Nº 663 – SALA 703 - BAIRRO CENTRO – NOVA
PRATA – RS - CEP: 95320.000
REPRESENTANTE LEGAL: TIAGO JOSÉ CAUMO - CPF: 006.876.130-94

No certame supra epigrafado o prazo de validade da proposta informado no edital é ilegal, e está em total desacordo com os moldes em que fora publicado, tendo esta licitante seu direito de participação cerceado.

DOS FATOS

Referente **Pregão eletrônico Edital nº 11/2023 – PROCESSO Nº 44/2023:**

No item **4 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

“4.8.8. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.”

Vejamos o que refere o artigo 6º da Lei 10.

Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Conforme se vê no edital há vícios, inclusive de legalidade, que maculam o procedimento licitatório. Verifica-se que o edital estipulou um prazo de validade para a proposta superior ao previsto na legislação, o que é um vício de legalidade.



Diante disso, espera e requer a suspensão temporária do presente certame, visando a consagração do princípio da competitividade e legalidade, além das alterações no instrumento convocatório para suprimir tais irregularidades.

É o breve relato fático.

DO DIREITO DA VALIDADE DA PROPOSTA

Conforme apontado nos fatos, o instrumento convocatório prevê que a validade da proposta seja de 120 dias. Vejamos:

4.8.8. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.

No entanto, há de se destacar que essa previsão do instrumento convocatório contraria o texto legal, in verbis:

Art. 64. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei. [...]

§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. - (g.n)

Dessa forma, considerando que a Lei Geral de Licitações se aplica ao presente caso, faz-se necessário que o instrumento convocatório seja alterado, para estabelecer que a validade da proposta observe a previsão legal.

O prazo de validade das propostas deverá ser alterado para tão somente 60 (sessenta) dias, conforme prevê ainda o artigo 6º da Lei 10.520/02.

O permissivo constante no artigo acima de que outro prazo fixado no Edital, deve a Administração atender ao princípio da razoabilidade, de forma a não fixar prazo excessivo ou abusivo.

Tratam-se de produtos de origem estrangeira, ou mesmo que nacional, tem o preço de suas matérias primas vinculadas a moeda americana dólar, cuja variação cambial vem em uma



crescente sem precedentes, sendo imprudente pelo fornecedor firmar um preço que o obrigará por 120 (cento e vinte) dias.

Eis as razões para alteração deste item do Edital, o que se requer seja acatada e alterado, garantindo assim, a ampliação na participação no certame.

DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, COM BASE NESTAS RAZÕES

Com a força dos argumentos de fato e de direito antes apresentados, REQUER a esse Nobre Pregoeiro que RECEBA a presente Impugnação e suspenda o certame, para que se proceda a correção apontada, conforme os termos apresentados.

E, por consequência, que **REFORME e REPUBLIQUE** o referido edital, para que se faça justiça não apenas a esta potencial licitante como também à legitimidade jurídica em respeito à legislação vigente.

E, na remota hipótese de interpretação diversa desta, dignem-se a fazer subir esta IMPUGNAÇÃO, para que surta seus efeitos na correta esfera de decisão jurídica do Município de Belém para a devida análise.

Termos em que, pede deferimento.

Nova Prata /RS, 31 de maio de 2023.



Representante Legal

Nome: TIAGO JOSÉ CAUMO

CPF: 006.876.130-94/RG: 5094725925 SSP/RS





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
47.324.135/0001-76
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
28/07/2022

NOME EMPRESARIAL
TJC IMPORTADORA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
52.50-8-01 - Comissária de despachos
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento
85.99-6-03 - Treinamento em informática
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
Q SCN QUADRA 4 BLOCO B

NÚMERO
100

COMPLEMENTO
SALA 702 PARTE 650

CEP
70.714-020

BAIRRO/DISTRITO
ASA NORTE

MUNICÍPIO
BRASILIA

UF
DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO
FISCAL1@CONTABILIZERS.COM.BR

TELEFONE
(54) 9945-7437

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
28/07/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/06/2023 às 11:16:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1